

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.380.955 - RN (2018/0268149-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : THALITA LORENA COSTA REGO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : INSTITUTO AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
ADVOGADO : RAIKO AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO E OUTRO(S) -
DF043743
AGRAVADO : EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES -
EBSERH
ADVOGADO : FREDERICO AUGUSTO BORBA DE SOUZA E OUTRO(S) -
RN000916A

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. CONCURSO PÚBLICO. PROVA DE TÍTULOS. PONTUAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. COMPROVAÇÃO DO TEMPO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial a incidência da Súmulas 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl.: 259).

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ETAPA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA.

1. Ação ordinária movida por candidata aprovada em concurso público promovido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, para o cargo de enfermeiro assistencial, a fim de que sejam computados três (e não um) pontos na etapa de avaliação de títulos e experiência profissional;

2. O Poder Judiciário não pode interferir no mérito administrativo, substituindo-se à banca examinadora e aos critérios de avaliação por ela eleitos; em outro vértice, pode e deve afastar ilicitudes, sendo possível a intervenção visando à preservação dos princípios da legalidade e da vinculação ao edital;

3. A banca examinadora não cometeu qualquer ilegalidade ao somente considerar como tempo de experiência profissional o posterior à inscrição da autora no Conselho Regional de Enfermagem, dado que o tempo anterior constitui exercício ilegal da profissão;

4. Apelação improvida.

Embargos de declaração rejeitados.

A recorrente alega violação do artigo 535, II, do CPC/1973, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito da alegada violação aos princípios da legalidade e seu desdobramento, o da vinculação ao edital.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa ao art. 2º da Lei nº 9.784/1999, sob o fundamento de que a desconsideração dos documentos apresentados para comprovação da experiência profissional da candidata ofende aos princípios da legalidade e da vinculação do edital, na medida em que possuía o título de Bacharel em enfermagem durante todo o período que desenvolveu atividade profissional na Secretaria Municipal de Saúde. Ademais, requer a reanálise da etapa de avaliação de título, para que seja computada a experiência profissional no período anterior ao registro no Conselho Regional de Enfermagem.

Sem contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 535, II, do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia, mormente porque se manifestou expressamente à fl.300 a reafirmando a legalidade do critério de avaliação de títulos no certame em tese.

A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Em relação às teses de mérito, observa-se que as Cortes de origem, após análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que as regras do edital se mostram razoáveis para avaliação do tempo de experiência profissional total requerido pela candidata. Nesse sentido, assentou que consta no edital e nos formulários documentais a exigência de Registro Profissional no Conselho Regional de Enfermagem como requisito básico para o cargo de enfermeiro assistencial e assim como, para fins de comprovação da experiência profissional. Segue no que interessa, trechos da sentença (e-STJ 197):

Em primeiro lugar, é importante frisar que a autora procedeu a inscrição para o cargo de enfermeiro assistencial (código 106), que exige como **requisitos básicos a apresentação de Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação e Registro Profissional no Conselho Regional de Enfermagem.**

Na hipótese dos autos, a parte autora apresentou o Diploma do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia, com data de conclusão em 16.12.2009 (documento n.º 4058400.414962).

Quanto à experiência profissional, vê-se que a parte demandante apresentou a declaração do empregador e comprovando que trabalhou como Enfermeira da Estratégia Saúde da Família no Município de Alexandria, no período de 01.07.2010 a 25.03.2014 (documento n.º 4058400.368380).

Acostou, ainda, documento de inscrição no COREN-RN, com data de emissão em 20.02.2013 (documento n.º 4058400.414962).

Então, considerando-se que a parte autora, no ato de apresentação dos documentos relativos à avaliação curricular de títulos e experiência profissional, somente comprovou a inscrição Registro Profissional no Conselho Regional de Enfermagem a partir de 20.02.2013, **torna-se evidente que agiu corretamente a parte ré ao computar como experiência profissional apenas o último ano do período** laborado no Município de Alexandria.

Registre-se, ademais, que consta no **item 5 do formulário de relação de documentos para avaliação curricular de títulos e experiência profissional** que "**para fins de comprovação e experiência profissional só serão computados os registros ocorridos a partir da data mais recente de emissão da documentação comprobatória dos requisitos básicos exigidos no item 3 e no Anexo II do Edital Normativo.**" (documento n.º 4058400.515377) (grifei).

Isso considerado, no que diz respeito à alegação de ofensa ao artigo 2º da Lei nº 9.784/1999, sob o fundamento de que houve a desconsideração dos documentos apresentados para comprovação da experiência profissional da candidata, o acórdão recorrido consignou o seguinte (fls. 258/259):

O cerne da questão a ser aqui dirimida consiste em saber se a autora, ora apelante, candidata aprovada em concurso público promovido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, para o cargo de enfermeiro assistencial, faz jus a que sejam computados três (e não um) pontos na etapa de avaliação de títulos e experiência profissional.

[...]

O Poder Judiciário não pode interferir no mérito administrativo, substituindo-se à banca examinadora e aos critérios de avaliação por ela eleitos; em outro vértice, pode e deve afastar ilicitudes, sendo possível a intervenção visando à preservação dos princípios da legalidade e da vinculação ao edital.

No caso dos autos, a **banca examinadora não cometeu qualquer ilegalidade ao somente considerar como tempo de experiência profissional o posterior à inscrição da autora no Conselho Regional de Enfermagem, dado que o tempo anterior constitui exercício ilegal da profissão.** (grifei)

Ocorre que o recorrente não impugnou a fundamentação nas razões do recurso especial, quanto ao entendimento de que há previsão edital no que se refere à exigência de Registro Profissional no Conselho Regional de Enfermagem para fins de comprovação da experiência profissional, que, por si só, assegura o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Aplica-se ao caso a Súmula 283/STF.

No mais, tem-se que a conclusão que chegou o Tribunal de origem acerca da efetiva comprovação da experiência profissional da candidata apenas quanto ao período posterior à inscrição da autora no Conselho Regional de Enfermagem, demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide ao caso a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **conheço do agravo para não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator